



**Uniube**

**UNIVERSIDADE DE UBERABA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DOCENTE  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**NOVAS TECNOLOGIAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INCLUSÃO  
DIGITAL: POTENCIALIDADES E LIMITADORES IDENTIFICADOS EM  
ARTIGOS PRODUZIDOS ENTRE 2018 E 2023**

**MARCIANA DE ALMEIDA AVELAR SANTOS**

**UBERLÂNDIA, MG  
2024**



MARCIANA DE ALMEIDA AVELAR SANTOS

NOVAS TECNOLOGIAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INCLUSÃO DIGITAL:  
POTENCIALIDADES E LIMITADORES IDENTIFICADOS EM ARTIGOS PRODUZIDOS  
ENTRE 2018 E 2023

Produto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação: Formação Docente para a Educação Básica – Mestrado Profissional, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Educação Básica: fundamentos e planejamento.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Marques Aidar.

UBERLÂNDIA, MG  
2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

S59n Santos, Marciana de Almeida Avelar.  
Novas tecnologias nas práticas pedagógicas e inclusão digital: potencialidades e limitadores identificados em artigos produzidos entre 2018 e 2023 / Marciana de Almeida Avelar Santos. – Uberlândia (MG), 2024.  
[24] f. : il.

Este produto foi produzido a partir da dissertação “Novas tecnologias nas práticas pedagógicas e o debate sobre desigualdade digital: perspectivas na produção acadêmico-científica brasileira entre 2018 e 2023” e apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica pela Universidade de Uberaba – UNIUBE, sob a orientação da Profa. Dra. Adriana Marques Aidar.

1. Educação. 2. Práticas pedagógicas. 3. Tecnologia. 4. Inclusão digital. I. Aidar, Adriana Marques. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. III. Título.

CDD 370

## RESUMO

O presente artigo é produto derivado de pesquisa de mestrado que teve como objetivo identificar a produção de conhecimento científico publicado cujos temas estivessem relacionados a práticas pedagógicas mediadas por novas tecnologias aplicadas em escolas de educação básica da rede pública de ensino e a desigualdade digital entre os anos de 2018 e 2023. E, a partir deste movimento, observando as perspectivas trazidas por essas produções, verificar se houve ampliação na quantidade de pesquisas do gênero após a pandemia de Covid-19. Foram analisadas vinte e três dissertações e teses que estavam dentro do recorte proposto e indicados quinze artigos para análise neste produto. Especificamente em relação aos artigos, utilizou-se as bases de dados do Portal de Periódicos da Capes e o Scielo. Para o desenvolvimento deste projeto, optou-se por realizar pesquisa qualitativa com levantamento bibliográfico sobre a produção científica elaborada durante o referido período. Vincula-se ao Programa de Pós-graduação Profissional em Educação PPGPE - Mestrado Profissional em Formação Docente para Educação Básica da Universidade de Uberaba (UNIUBE), na linha de pesquisa Educação Básica: fundamentos e planejamento. O projeto conta com o apoio do Projeto Trilhas de Futuro – Educadores da SEE/MG. A produção acadêmica observada nos artigos está especialmente focada em temas como formação de professores, relação existente entre igualdade digital e igualdade social, falta de acesso a ferramentas tecnológicas e carência de políticas públicas na área. Essas temáticas emergiram como as mais recorrentes, convergindo com o identificado na pesquisa de mestrado, o que indica a relevância dessas questões no contexto educacional contemporâneo. A análise detalhada desses temas proporcionou compreensão acerca dos desafios e das oportunidades trazidos pela integração das tecnologias digitais no ensino, destacando a necessidade de ações contínuas e estratégias eficazes para promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: Educação. Práticas pedagógicas. Tecnologia. Desigualdade digital



## ABSTRACT

This article is a derivative product of a master's research aimed at identifying the production of published scientific knowledge related to pedagogical practices mediated by new technologies applied in public basic education schools and digital inequality between the years 2018 and 2023. From this movement, the goal was to observe the perspectives brought by these productions and verify whether there was an increase in the number of studies of this kind after the Covid-19 pandemic. Twenty-three dissertations and theses within the proposed scope were analyzed, and fifteen articles were selected for analysis in this product. Specifically regarding the articles, the databases used were the Capes Periodicals Portal and Scielo. For the development of this project, an exploratory qualitative research approach with a bibliographic survey on the scientific production during the mentioned period was chosen. This research is linked to the Professional Postgraduate Program in Education (PPGPE) - Professional Master's in Teacher Training for Basic Education at the University of Uberaba (UNIUBE), within the research line of Basic Education: foundations and planning. The project is supported by the "Trilhas de Futuro" Project – Educators from the State of Minas Gerais (SEE/MG). The academic production observed in the articles is particularly focused on themes such as teacher training, the relationship between digital equality and social equality, lack of access to technological tools, and deficiencies in public policies in the area. These areas emerged as the most recurrent, converging with the findings of the master's research, indicating the relevance of these issues in the contemporary educational context. The detailed analysis of these themes provided insights into the challenges and opportunities brought by the integration of digital technologies in education, highlighting the need for continuous actions and effective strategies to promote a more inclusive and equitable education.

Keywords: Education. Pedagogical practices. Technology. Digital equality





Trabalho desenvolvido com o apoio da SEE/MG, no âmbito do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, Trilhas de Futuro – Educadores, nos termos da Resolução SEE nº 4.707, de 17 de fevereiro de 2022.



## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a pandemia de COVID-19 teve um impacto profundo e abrangente. Desde que o primeiro caso foi confirmado em fevereiro de 2020, o vírus se espalhou rapidamente por todo o país, resultando em milhões de infecções e centenas de milhares de mortes. A resposta à pandemia envolveu uma série de medidas de isolamento social destinadas a conter a propagação do vírus e proteger o sistema de saúde do país contra o colapso.

As medidas de isolamento social no Brasil variaram consideravelmente entre os estados e municípios, refletindo a diversidade geográfica e socioeconômica do país. Governadores e prefeitos implementaram ações como fechamento de escolas e universidades e de comércios não essenciais, além da suspensão de eventos públicos. Além disso, o uso obrigatório de máscaras em locais públicos foi promovido, assim como o incentivo ao distanciamento físico.

O impacto dessas medidas foi profundo, afetando tanto a saúde pública quanto a economia. O isolamento social contribuiu para reduzir a transmissão do vírus, mas também trouxe desafios significativos. A economia brasileira, já fragilizada antes da pandemia, sofreu com o aumento do desemprego e a queda da renda, especialmente entre os trabalhadores informais, que compõem uma grande parcela da força de trabalho no país. Muitas pessoas enfrentaram dificuldades financeiras e insegurança alimentar.

As desigualdades sociais no Brasil também complicaram a eficácia do isolamento social. Em áreas urbanas densamente povoadas, como as favelas, era difícil para as pessoas manterem o distanciamento físico devido às condições precárias de moradia. Além disso, a necessidade de continuar trabalhando para garantir a subsistência impediu que muitos aderissem plenamente às medidas de isolamento.

A resposta à pandemia no Brasil também foi marcada por divergências políticas. Houve desacordos significativos entre o governo federal e os governos estaduais e municipais sobre a melhor abordagem para lidar com a crise. Essas divergências resultaram em mensagens contraditórias e respostas inconsistentes, o que frequentemente confundia a população.

Com a chegada das vacinas, no início de 2021, a situação começou a melhorar. A campanha de vacinação no Brasil avançou significativamente, com a maioria da população adulta sendo vacinada ao longo daquele ano. A vacinação contribuiu para reduzir drasticamente o número de casos graves e mortes, permitindo uma flexibilização gradual das medidas de isolamento social e a retomada das atividades econômicas.

Apesar dos desafios enfrentados, as medidas de isolamento social foram essenciais para controlar a disseminação do vírus no Brasil. O avanço na vacinação trouxe esperança e marcou

uma nova fase na luta contra a pandemia. No entanto, essa experiência destacou a importância de uma resposta coordenada e equitativa a crises de saúde pública, levando em consideração as diversas realidades socioeconômicas da população brasileira.

A pandemia de Covid-19 também provocou mudanças significativas em várias áreas da vida cotidiana, sendo a educação uma das mais afetadas. Para conter a disseminação do vírus, muitas escolas e universidades em todo o mundo, incluindo o Brasil, adotaram o isolamento social e o ensino remoto como soluções emergenciais. Essas mudanças ocasionaram efeitos profundos e duradouros sobre estudantes, professores e famílias. Com o fechamento das instituições educacionais, o ensino remoto tornou-se a principal alternativa para garantir a continuidade da educação. A transição para esse modelo foi rápida e frequentemente desafiadora. As escolas tiveram que adaptar seus currículos para plataformas on-line, e os professores precisaram aprender rapidamente novas ferramentas tecnológicas e métodos de ensino a distância.

Esse processo, no entanto, não aconteceu sem uma carga significativa de sofrimento. Nossa sociedade, já profundamente marcada pela desigualdade, experimentou a exposição de outras camadas de exclusão, determinadas pela dificuldade de acesso às novas formas de reprodução da vida social, mas também reflexo de uma ausência sistemática de políticas públicas voltadas à inclusão.

Este artigo é produto derivado de dissertação produzida no Programa de Pós-graduação Profissional em Educação (PPGPE) – Mestrado Profissional em Formação Docente para Educação Básica da Universidade de Uberaba (UNIUBE), na linha de pesquisa Educação Básica: fundamentos e planejamento. O projeto conta com o apoio do Projeto Trilhas de Futuro – Educadores da SEE/MG. A referida pesquisa se constituiu por metodologia de tipo qualitativo exploratório e utilizou levantamento bibliográfico para identificar a produção de artigos sobre a implementação de novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem entre os anos de 2018 e 2023, destacando os temas mais recorrentes e verificando se houve ampliação no debate sobre a desigualdade digital no Brasil. Foram utilizadas as bases de dados da Capes e Scielo para a seleção das produções. No processo de mestrado, analisamos vinte e sete dissertações e teses cujas temáticas convergiam para o tema. Neste artigo, serão analisados quinze artigos e o objetivo é observar os mesmos recortes.

Pedro Demo, em 2005, já debatia a intrínseca relação entre inclusão social e inclusão digital. Em sua interpretação, vivíamos a seguinte situação “os pobres estão dentro, mas dentro lá na margem, quase caindo fora do sistema. Continuam marginalizados” (Demo, 2005, p. 36), denunciando, assim, a ausência de projetos emancipatórios. Absolutamente nada mudou no

Brasil desde então. Seguimos fazendo uso de políticas tapa buraco, com pouco ou nenhum potencial de transformação real do *status quo*: “a inclusão social está contaminada desta malandragem: como regra é arapuca do opressor” (Demo, 2005, p. 37), afirmou o sociólogo há quase dez anos atrás. Nesse contexto é que Demo refletiu sobre desigualdade digital, afirmando que se trata de um

problema agudo de países atrasados, mas acomete também vastas camadas em países avançados, porque muitos adultos/idosos não se propõem mais inserir-se na sociedade digital com autonomia. Usam produtos digitais como consumidores (da nova mídia, por exemplo), mas não se dispõem mais a desenvolver habilidades digitais de manejo próprio (Demo, 2005, p. 37).

Especificamente, Pedro Demo (2005, p. 37) se interessava pela “discriminação digital contra imensos segmentos sociais pobres, situação em geral agravada pela má qualidade da escola pública”. O autor identificou dois problemas prévios relacionados à inclusão digital no sistema educacional: a questão infraestrutural e a formação docente. O autor apresentou dados de 2004, coletados pela Unesco, que refletiam uma situação preocupante: o elevado número de professores sem acesso ou com baixo acesso digital.

Em 2023, foi publicação, também pela Unesco, o Relatório de Monitoramento Global da Educação. Entre os achados da Unesco, podemos identificar:

Existem poucas evidências robustas do valor agregado da tecnologia digital na educação. A tecnologia evolui mais rápido do que é possível avaliá-la: produtos de tecnologia educacional mudam a cada 36 meses, em média. A maioria das evidências é produzida pelos países mais ricos. No Reino Unido, 7% das empresas de tecnologia educacional conduziram estudos controlados randomizados e 12% usaram certificação de terceiros. Uma pesquisa entre professores e gestores em 17 estados dos Estados Unidos demonstrou que somente 11% haviam solicitado evidências revisadas por pares antes de adotar tecnologia educacional (Unesco, 2023, p. 7).

Estes dados são relevantes porque, como apontou Demo (2005), questões sobre infraestrutura e formação são essenciais para compreender os desníveis no acesso digital. Mas outras informações apresentadas pelo relatório são igualmente, senão mais relevantes. De acordo com o levantamento:

O ensino online evitou o colapso da educação durante o fechamento das escolas durante a pandemia da COVID-19. O ensino a distância teve um alcance potencial de mais de 1 bilhão de estudantes; mas, ao mesmo tempo, não foi capaz de alcançar pelo menos meio bilhão, ou 31% dos estudantes em todo o mundo – e 72% entre os mais pobres. [...] O ensino online evitou o colapso da

educação durante o fechamento das escolas durante a pandemia da COVID-19. O ensino a distância teve um alcance potencial de mais de 1 bilhão de estudantes; **mas, ao mesmo tempo, não foi capaz de alcançar pelo menos meio bilhão, ou 31% dos estudantes em todo o mundo – e 72% entre os mais pobres.** (Unesco, 2023, p. 7, grifo nosso).

Voltemos por um instante à reflexão de Demo sobre como o modo de inclusão que adotamos pode ser armadilha do opressor. Há no relatório um trecho em que se observa a seguinte afirmativa: “Para entender o discurso em torno da tecnologia educacional, é necessário olhar para os bastidores da linguagem usada para promovê-la e para os interesses a que ela serve (Unesco, 2023, p. 12). Vitor Malaggi e Rosana Miyashiro (2020) investigaram questão semelhante, buscando entender a quem interessa uma narrativa de inclusão digital a qualquer custo, sem reflexão crítica sobre a formação de uma suposta cidadania digital e seus desdobramentos dentro da lógica capitalista.

Assim, não surpreende que o mesmo relatório nos mostre que as habilidades de lidar com novas tecnologias estão distribuídas desigualmente mesmo entre os que as têm, ou seja, entre aqueles que moram em áreas urbanas e áreas rurais, ou entre aqueles que estavam empregados ou ainda entre aqueles que ocupam os grupos econômicos mais privilegiados em detrimento daqueles que estão nos estratos mais pobres.

Manuel Castells (1999; 2003), em seu percurso para compreender a sociedade atravessada por novas tecnologias a partir da experiência neoliberal que se instala em diversos países a partir no final da década de 1970, pondera que a sociedade também se configura pelas ferramentas tecnológicas que ela mesma desenvolve. Podemos inferir, portanto, que há espaços formados a partir dessa vivência tecnológica que acontece na internet, ocupados por grupos diferentes a considerar suas perspectivas materiais e culturais. A Cultura é chave interpretativa para pesquisadores contemporâneos a Castells, como Pierre Lévy. Cibercultura, mais especificamente. Lévy (1999) identificou a formação de uma inteligência coletiva formada a partir dessa vivência em rede, na tecnologia e nos sistemas de informação, funcionando como instrumento de mediação.

Em ambas as perspectivas identificamos modos de produção e reprodução da vida, formando sistemas e lógicas próprias. Neles, há enquadrados e excluídos, como em qualquer processo de socialização que já tenhamos observado, determinados por suas definições de normalidade. Quem e o que dado grupo social tolera tornam-se evidentes dentro da vivência em rede. Basta observar, por exemplo, redes sociais e seus *ethos*. Há códigos de inserção, mecanismos de expurgo (ou cancelamento) e a formação de desejos movidos pelo consumo que fomentam.

## 2 METODOLOGIA

Tecnologias educacionais também fomentam a formação de redes de interação, a partir das quais marcadores de inclusão/exclusão serão criados. Quanto menor o protagonismo, mais propensas à marginalização estarão as pessoas. A educação, dessa forma, ocupa um espaço central na formação de sujeitos para estarem aptos a existir com criticidade nesse contexto. Considerando a necessidade de refletir sobre os agentes que podem limitar a realização de seu potencial transformador, voltamos o olhar para pesquisas que abordaram a implementação de novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem entre os anos de 2018 e 2023, e, especial as debateram a inclusão digital.

Como já mencionado, o presente artigo se configura como produto derivado e complementar ao processo de obtenção de título de mestre, realizado entre os anos de 2022 e 2024. Para a pesquisa optamos por observar apenas dissertações e teses. Aqui, voltamos os olhos para os artigos.

Para a identificação dos textos a serem analisados, utilizamos os sistemas de busca da Scielo e da CAPES. Empregamos os mesmos descritores utilizados para o levantamento feito na dissertação, com vistas a uniformizar os resultados. Fizemos três movimentos, partindo de descritores de caráter mais geral até os mais específicos (observados na Quadro 1). No total, somadas as bases de dados, obtivemos 751 resultados, já considerando o primeiro recorte temporal. Investigamos os resumos desses trabalhos, disponíveis para observação. Após esse movimento, foram separados 79 artigos para conferência. Com essa última filtragem, restaram 15 artigos que se alinhavam ao que buscavamos. Esses textos se encontram descritos no Quadro 2.

Quadro 1 – Descritores e resultados

	<b>Descritores utilizados</b>	<b>Artigos encontrados</b>
	Educação Tecnologia Inclusão	40
<b>SCIELO</b>	Tecnologia Educação Inclusão Covid-19	04

	Práticas pedagógicas Covid-19 Educação Tecnologia Inclusão	00
	<b>TOTAL</b>	<b>44</b>
CAPES	Educação Tecnologia Inclusão	642
	Tecnologia Educação Inclusão Covid-19	60
	Práticas pedagógicas Covid-19 Educação Tecnologia Inclusão	05
	<b>TOTAL</b>	<b>707</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quadro 2 – Artigos selecionados para leitura

Nº	Ano	Autores/as	Título	Palavras-chave	Objetivo
1	2021	Karina MARCON; Juliana Brandão MACHADO; João Victor SCHMITZI; Leonardo José ROSSI	Práticas pedagógicas no contexto da cultura digital: um estudo de caso	Inclusão digital; Cultura digital; Escola; Práticas pedagógicas; Sala informatizada.	“apresenta resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi investigar as relações teórico-práticas dos processos de inclusão digital nos espaços educativos escolares da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/Santa Catarina, tendo o conceito de inclusão digital com base em Marcon (2008) como referência”.
2	2021	Sebastião Luiz da SILVA NETO; Bruna Rafaela Ferreira da SILVA; Bruno Silva LEITE	Inclusão digital: um estudo de caso nas escolas do sertão pernambucano	Inclusão digital; Tecnologias na educação; Escolas públicas; Tecnologias digitais.	“identificar as concepções dos professores das escolas públicas de uma cidade no sertão pernambucano sobre a inclusão digital”.



3	2021	Luciana Domingues RAMOS; Cíntia Inês BOLL	As demandas da BNCC e a educação em tempos de cultura digital: análise das propostas dos Espaços Virtuais de Aprendizagem e Multimídia em uma rede municipal de educação	Educação; Cultura digital; Base Nacional Comum Curricular; São Leopoldo.	“identificar, nas propostas pedagógicas das escolas da rede municipal de São Leopoldo/RS, as possibilidades e modalidades apresentadas para o uso pedagógico das mídias e da tecnologia, considerando as demandas da Cultura Digital”.
4	2018	Diego Costa LIMA; Pamella Renata F. D. LADEIRA; Natã Goulart da SILVA; Fernando Augusto TEIXEIRA	Inclusão digital nas escolas públicas de Conselheiro Lafaiete	Inclusão digital; Laboratórios de informática; Mundo digital.	“demonstrar o funcionamento de um projeto de inclusão digital que foi realizado em escolas públicas da cidade de Conselheiro Lafaiete – MG”.
5	2020	Roberto Nunes RODRIGUES; Mônica Aparecida da Rocha SILVA	Avaliação de políticas públicas de educação: uma análise da eficácia do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) no município de Gurupi (TO)	ProInfo. Avaliação de políticas públicas; Educação Fundamental	“analisar a eficácia do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), no que concerne à inclusão digital e ao apoio pedagógico, em escolas do Ensino Fundamental, nos anos finais, no Município de Gurupi (Tocantins)”.
6	2019	Maria Clarisse VIEIRA; Karla Nascimento CRUZ	A produção sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação na educação de jovens e adultos	Educação de Jovens e Adultos; Tecnologias da Informação e Comunicação; Inclusão digital; Levantamento bibliográfico.	“apresentar e discutir um levantamento de publicações sobre a temática das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na Educação de Jovens e Adultos”.

7	2018	Vantui Rodrigues de SOUZA; Roberto Martins de SOUZA	O protagonismo local por meio da democratização da informação, um estudo de caso: curso agente em inclusão digital PROEJA-FIC.	Educação; Proeja-Fic; CTS; Rede social; Periferia.	“relata uma experiência de democratização da informação, na região da periferia de Paranaguá, possibilitada pelo Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Agente de Inclusão Digital, organizado pelo Eixo PROEJA do Campus Paranaguá”.
8	2022	Lucivaldo Costa MOREIRA	Inclusão digital em escolas públicas: tendências pedagógicas nas séries iniciais	Tecnologias da Informação e Comunicação; Inclusão digital; Ensino Básico.	“analisar os principais desafios que a inclusão digital impõe sobre os anos iniciais do Ensino Fundamental na educação pública, do ponto de vista das barreiras e vantagens para a sua implementação”.
9	2020	Karina MARCON	Inclusão e exclusão digital em contextos de pandemia: que educação estamos praticando e para quem?	Inclusão digital; Exclusão digital; Formação de Professores; Pandemia.	“refletir sobre o conceito de inclusão digital na atualidade e sobre o que significa, de fato, ser um excluído digital em um contexto de isolamento social”.
10	2020	Renata Borges Leal da SILVA; Dilton Ribeiro COUTO JUNIOR	Inclusão digital na educação de jovens e adultos (EJA): pensando a formação de pessoas da terceira idade	Educação de Jovens e Adultos; Inclusão digital; Cidadania.	“refletir sobre a utilização de tecnologias digitais na Educação de Jovens e Adultos (EJA), mais especificadamente os processos de ensinar-aprender voltados para o público da terceira idade”.
11	2018	Maurinice Evaristo WENCESLAU; Débora de Oliveira SANTOS	Avaliação de políticas de inclusão digital para a educação básica no Mercosul	Educação; Cidadania; Inclusão digital; Mercosul.	“avaliar as políticas educacionais do Mercosul e o uso de tecnologias na Educação Básica”.

12	2020	Vitor MALAGGI; Rosana MIYASHIRO	Inclusão digital de jovens e adultos e educação popular: fragmentos analíticos de experiências no Círculo de Cultura Digital	Educação de Jovens e Adultos; Educação popular; Círculo de Cultura digital; Inclusão digital; Apropriação/objetivação de TIC.	“analisar o desenvolvimento do Círculo de Cultura Digital, experiência de educação popular com jovens/adultos da classe trabalhadora e que intenciona a promoção da inclusão digital desses sujeitos”.
13	2019	Jovina da SILVA; Geraldo de Castro GOMES	Educação de jovens e adultos e ferramentas tecnológicas: um diálogo sobre o contexto da inclusão digital	Educação de Jovens e Adultos; Inclusão digital; Ferramentas tecnológicas.	“discutir a necessidade de um diálogo acerca da inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio de ferramentas tecnológicas, as quais devem contribuir para uma educação menos excludente, que insira os discentes na era da Informação”.
14	2021	Tereza Cristina Dourado Carrah Vieira CARVALHO; Priscila Barros DAVID; Francisco Herbert Lima VASCONCELOS	Percepções sobre as políticas públicas de inclusão digital na educação básica durante a pandemia da Covid-19: uma análise bibliográfica	Distanciamento social; Internet; Recursos digitais; Descontinuidade.	“desvelar concepções evidenciadas por autores acerca das políticas públicas de inclusão digital na Educação Básica, considerando as intervenções já desenvolvidas e o atual contexto sobre a utilização das TICs no ensino remoto determinado pela pandemia do novo Coronavírus”.
15	2023	Jesus IZQUIERDO; Maria de Assunção Lima de PAULO	Inclusão digital e desempenho escolar no contexto da pandemia: uma análise	Juventude; Escola pública; Desempenho escolar; Pandemia do novo coronavírus; Políticas públicas de inclusão digital.	“analisar alguns aspectos da relação entre políticas públicas de inclusão digital e desempenho escolar”.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

De pronto, é possível identificar que, nos objetivos gerais apresentados pelos autores, a inclusão digital esteve presente com certa centralidade em nove dos artigos. Em todos eles, no entanto, houve debate explícito sobre o tema. Dois deles aprofundaram suas reflexões utilizando a exclusão digital como ponto de partida, mas necessariamente de forma relacional ao processo de incluir.

Na próxima seção, discutiremos todos os artigos e suas considerações. Por fim, adiantamos uma reflexão derivada do levantamento em relação ao ano de publicação das pesquisas. Como se verifica também no Quadro 1, há produção anterior ao período da Covid-19, uma grande produção localizada no ano de 2021, mas pouca produção encontrada – dentro do recorte específico que escolhemos – a partir de então. A produção identificada como de 2023, na verdade, foi submetida à publicação em 2021 e é resultado de reflexão iniciada em 2020. Isso pode nos levar a inferir um certo esvaziamento no debate a partir do retorno à presencialidade, mas só saberemos com certeza a partir de investigação futura.

### **3 ANÁLISE DOS ARTIGOS ENCONTRADOS**

Daremos início às análises como o artigo intitulado “O protagonismo local por meio da democratização da informação, um estudo de caso: curso agente em inclusão digital PROEJA-FIC”, publicado em 2018. De autoria de Vantui Rodrigues de Souza e Roberto Martins De Souza, o tema central trata do “advento do avanço tecnológico e sua influência no processo de democratização da produção e distribuição de informação na sociedade”, conforme consta do resumo.

O texto trata-se de um relato de uma experiência desenvolvida na cidade de Paranaguá, município do estado do Paraná, direcionada a estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) que viviam em áreas periféricas daquela cidade. O projeto teve como objetivo construir uma educação cidadã socialmente emancipatória, dentro de uma experiência cultural de rede, empoderando os estudantes para a utilização de redes sociais. A perspectiva teórica que fundamentou o projeto foi a da Ciência, Tecnologia e Sociedade, representada pelos seguintes autores: Bloor (2003); Neder (2010); Bazzo (2003); Callo (1995) e Latour (1997). A natureza do trabalho é bibliográfica e netnográfica (variação da etnografia voltada para dados e experiências constituídas on-line). Entre as considerações do estudo, destacou-se a de localizar o projeto como uma resposta ao processo de exclusão experienciado pelos estudantes participantes. Ao debater as variadas facetas dessa exclusão, que se apresenta desde a ausência de meios materiais (artefatos tecnológicos) até a falta de letramento adequado para o seu uso,

os autores apontam possibilidades de um novo agir comunicativo, que se constitui a partir das redes sociais. No entanto, sua efetivação depende também de políticas básicas de infraestrutura e formação.

O próximo artigo, também de 2018, tem por título “Avaliação de políticas públicas para a educação básica no Mercosul (1991 a 2015)”. Os autores, Maurinice Evaristo Wenceslau e Débora de Oliveira Santos, buscaram avaliar as políticas educacionais do Mercosul e o uso de tecnologias na Educação Básica. Como referencial de pesquisa utilizaram os Planos de Ação do Setor Educacional do Mercosul, no período de 1991 a 2015, configurando a análise documental, além dos referenciais teóricos Flick, Von Kardoff e Steinke (2000).

Conforme os achados dos autores, “a reestruturação das relações dos Estados, que compõem o Mercosul e a dependência da tecnologia na atividade humanas encaminham para a utilização da inclusão digital na modernização dos Estados e consequente inclusão social” (Wenceslau; Santos, 2018, p. 63). Cabe aqui uma breve consideração: nenhum dos textos analisados estabelece uma relação direta entre inclusão digital e inclusão social, mas destacam melhorias no quesito da inclusão digital como importantes para a redução da desigualdade social.

A análise dos documentos realizada pelos autores mostrou que houve uma alteração na perspectiva sobre a educação – de meio para fim. E, nesse processo, a ciência e tecnologia possuem papel determinante. Nesses termos, os autores entendem que a inclusão digital na Educação Básica passa a ser entendida como essencial para a existência dos sujeitos na nova sociedade do conhecimento que começou a se formar a partir da popularização da internet (indo da formação para o mercado de trabalho ao desenvolvimento das capacidades humanas). Nesse sentido, as políticas educacionais do Mercosul se organizaram para acomodar a relação entre inclusão digital e inclusão social. O artigo destaca, no entanto, que ainda é necessária avaliação específica acerca de condicionantes do modelo educacional tradicional, da realidade de cada sociedade e dos investimentos em tecnologia feitos por cada país. Conforme observaremos mais adiante, em outro artigo, não há uniformidade desses investimentos entre os países da América Latina, nem dentro dos próprios Estados.

O último artigo de 2018, intitulado “Inclusão digital nas escolas públicas de Conselheiro Lafaiete”, foi escrito por Diego Costa Lima, Pamella Renata F. D. Ladeira, Natã Goulart da Silva e Fernando Augusto Teixeira. Trata-se de análise de um projeto de extensão voltado para a inclusão digital, executado por alunos dos cursos de engenharia da Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, em parceria com as escolas da região. O projeto, que envolvia a instalação e a manutenção de maquinário e a realização de cursos, existia desde 2010 e, ao

longo dos anos, atuou em dezesseis escolas. Tratava-se, em última instância, de colaborar no processo de aquisição de conhecimentos básicos de informática e de difundir o conhecimento digital. A reflexão feita no artigo descreve as etapas de atualização pelas quais passou o projeto em 2017. Portanto, o artigo diz mais sobre o projeto em si do que sobre as escolas/educação básica. De toda forma, foi importante sua análise porque discorria justamente sobre o processo de inclusão digital nesse hiato comum de reflexão (entre a criação da política pública e seus resultados). Os autores observam que, entre o fornecimento de infraestrutura e a eficácia do funcionamento de programas governamentais, houve uma série de etapas e responsabilidades que foram desde a formação para o uso até à manutenção do material recebido.

Iniciando a reflexão sobre os trabalhos publicados em 2019, abordaremos o artigo “Educação de jovens e adultos e ferramentas tecnológicas: um diálogo sobre o contexto da inclusão digital”, de autoria de Jovina da Silva e Geraldo de Castro Gomes. O texto discorre sobre como se faz necessária a reflexão sobre a inclusão digital no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir da utilização de ferramentas tecnológicas. Desenvolveu-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e apresentou como seus principais referenciais teóricos Betts (1998), Castells (2013), Freire (1997; 2001), Gomes (2002), Grinspun (2009); e Sancho e Hernandez (2006).

No desenrolar da reflexão feita é possível observar que os autores aproximam bastante o emprego das TIC na EJA de um provável sucesso educacional seguido de inclusão social. Trata-se de instrumentalidade que serve às necessidades humanas e que pode representar a promoção da cidadania e uma educação mais democrática e consciente. Nesse artigo, como em outros que analisamos, destaca-se a urgência em transformar os alunos em protagonistas de seu processo formativo e a tecnologia desempenha papel importante nesse movimento.

O segundo e último artigo identificado em 2019 intitula-se “A produção sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação na Educação de Jovens e Adultos”, produzido por Maria Clarisse Vieira e Karla Nascimento Luz. O tema central reside na relação entre as TIC, a inclusão digital e o seu uso na educação. O artigo representa mais uma reflexão produzida antes do advento da Covid-19, configurando-se por um debate importante sobre tecnologias atravessadas por “contradições e resistências entre os educadores”, conforme observaram as autoras.

As autoras debatem expressamente a exclusão digital e, como paradigma teórico para analisá-la, apresentam Maria Helena Bonilla e sua obra sobre inclusão digital como polêmica contemporânea. A reflexão central do texto passa por significados possíveis para esse processo e as autoras procuram se alinhar a uma perspectiva que trata os fenômenos de exclusão e

inclusão digital de forma mais complexa do que simplesmente localizá-los em um binômio de acesso/falta de acesso à infraestrutura e meios materiais.

Estabelecendo breve conexão com nosso processo de pesquisa de mestrado, no trabalho também ficou evidente que a reflexão sobre inclusão digital (ou exclusão) precisa ser feita a partir de fatores múltiplos e complexos em relação aos processos educacionais. Ao final, percebemos que os trabalhos de pesquisa que discutem a EJA falam, primeiramente, sobre graus de abandono muito mais complexos aos observados nos demais estudos, o que nos leva novamente ao ponto de compreender primeiro os marcadores de exclusão social que dizem respeito às experiências de cada grupo social.

Em 2020, identificamos quatro artigos, que aqui serão discutidos. O primeiro, de autoria de Roberto Nunes Rodrigues e Mônica Aparecida da Rocha Silva, tem por título “Avaliação de políticas públicas de educação: uma análise da eficácia do programa nacional de tecnologia educacional (Proinfo) no município de Gurupi (TO)”. Seu tema central é a reflexão sobre a eficácia de políticas públicas, especificamente do ProInfo nesse município tocantinense.

O objetivo principal foi verificar essa eficácia a partir dos parâmetros de inclusão digital e apoio pedagógico, no que tange às escolas de Ensino Fundamental, nos anos finais, naquele município. O artigo valeu-se de metodologia qualitativa e quantitativa, por meio de coleta de dados realizada pela aplicação de questionários em uma amostra de estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e de entrevistas semiestruturadas com o secretário municipal de Educação, docentes e diretores de seis escolas. Destaque para o fato de que o levantamento aconteceu antes da pandemia. Como referências teóricas essenciais, observamos Manuel Castells (1999) e Pierre Lévy (1999).

Naquele momento, os autores Rodrigues e Silva (2020, p. 129) já apontavam ser “importante investir na formação de professores, sobretudo nos anos iniciais, bem como no que diz respeito ao uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) como ferramentas pedagógicas”. Ou seja, o levantamento realizado entre as teses e as dissertações em nosso mestrado, assim como em relação aos artigos, evidencia a ponderação sobre a necessidade de preparação dos docentes para esse novo cenário, ainda que não fosse possível prever todos os acontecimentos que tiveram lugar a partir de março de 2020. Como considerações finais, os autores destacam que o Programa estava funcionando de forma parcialmente eficaz, visto que não cumpria integralmente os objetivos aos quais havia se proposto: proporcionar a inclusão digital e servir de ferramenta de apoio pedagógico.

O próximo artigo de 2020 é “Inclusão digital de jovens e adultos e educação popular: fragmentos analíticos de experiência no círculo de cultura digital”, de Vitor Malaggi e Rosana

Miyashiro. O texto foi publicado antes da pandemia, representando reflexão anterior sobre um Programa desenvolvido para repensar os sentidos da inclusão digital de modo que a apropriação das TIC se dê de forma crítica e problematizadora. Para tanto, os autores questionam se inclusão digital é sinônimo de inclusão social. Adiantamos que a resposta dada por meio da análise feita é que não esses termos não são sinônimos.

A proposta do projeto observado era tornar os alunos da EJA protagonistas, e não apenas usuários das TIC. Organizado, desde 2017, em semestres, o projeto, na percepção dos autores, tratava-se de um processo amplo de conexão entre a produção tecnológica e a significação do contexto cultural e social dos sujeitos. O projeto também evidenciou que determinadas habilidades e competências precisavam ser desenvolvidas antes da migração da atividade para uso das TIC. Nas palavras exatas dos autores: “A mediação tecnológica exemplifica um processo de inclusão digital atrelado à perspectiva de educação integral, tendo em vista que a apropriação e objetificação via TIC não se dá de forma instrumental” (Malaggi; Miyashiro, 2020, p. 208).

Outro ponto relevante trazido pelo artigo é a necessidade de compreender a realidade cotidiana dos sujeitos antes de propor atividades dessa natureza, visto que o conhecimento auxilia nos processos formativos e oferece direcionamento para as práticas pedagógicas. Assim há maior possibilidade de uma formação que sustente debates, fomente a produção de consensos e promova a convivência respeitosa entre dissensos, estimulando a autoria e o compartilhamento de saberes no contexto digital.

Entre as dificuldades encontradas no trabalho realizado com os estudantes da EJA, os autores identificam a dificuldade de pensar coletivamente, planificar as atividades antes de executá-las com o uso das TIC, além de registrar os atos colaborativos entre os participantes. Sobre esses pontos, os autores abrem reflexão acerca da organização do trabalho na sociedade capitalista e as dicotomias evidenciadas nesse sistema de produção, principalmente no que diz respeito à separação entre o trabalho manual e o intelectual. Os autores destacam, ainda, a necessidade de fluência digital inserida em uma prática de inclusão que seja necessariamente emancipatória e que promova a conscientização voltada para a transformação da realidade social.

Discorreremos agora sobre o artigo “Inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA): pensando a formação de pessoas da terceira idade”, de Renata Borges Leal da Silva e Dilton Ribeiro Couto Júnior. O trabalho configura-se como uma revisão de literatura, realizada no contexto pré-pandemia, com foco nos processos de ensinar e aprender, voltados para alunos/as idosos cursistas da EJA. O propósito foi observar como assegurar a essas pessoas



usufruto pleno de experiências entendidas como ciberculturais, de modo a fornecer instrumentos que ampliassem suas formas de ver o mundo.

No texto, os autores identificam que os sujeitos, nesse contexto ideal, não apenas interagem com as máquinas, mas fazem descobertas por meio delas, compreendem as tecnologias em seus significados sociais e vivenciam a cultura que se constitui nas redes de forma plena e com liberdade. Para tanto, refletem sobre necessidades que vão desde a erradicação do analfabetismo digital até a consolidação de uma gerontologia educacional. Nesse processo, reconheceram que o modelo empregado até então era insuficiente para atender às demandas da sociedade em rede, tão debatida desde o final da década de 1990.

O último texto publicado em 2020, de autoria de Karina Marcon, intitula-se “Inclusão e exclusão digital em contextos de pandemia: que educação estamos praticando e para quem?”. A autora buscou identificar o que significava ser um excluído digital no contexto de isolamento social que vivíamos.

O primeiro ponto a ser destacado diz respeito ao acesso, especificamente, à infraestrutura e aos meios materiais (rede de internet e computadores). Para tanto, apresentou dados de uma pesquisa, realizada pelo governo brasileiro em 2019, sobre tecnologias nos domicílios. Depois de apresentados os dados, a autora tratou da formação de professores e dos processos de apropriação tecnológica em diálogo com Bonilla (2004) para repensar a necessidade de revisá-los.

Com base na reflexão de Bonilla (2004), a autora identifica três grandes eixos para a compreensão desse processo, que vão desde a fluência digital até a constituição de uma cidadania na rede. Bonilla, em 2011, fornece as bases para a reflexão que Marcon faz sobre a exclusão digital e sua gravidade, visto que representa a marginalização de sujeitos em relação às novas formas de produção cultural da sociedade.

De 2021, o texto “Práticas pedagógicas no contexto da cultura digital: um estudo de caso”, de autoria de Karina Marcon, Juliana Brandão Machado, João Victor Schmitz, Leonardo José Rossi, trata sobre a inclusão digital em contextos educativos escolares, especificamente sobre a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC.

O artigo tem como objetivo central investigar as relações entre teoria e prática nos processos de inclusão digital em espaços escolares daquele município. A metodologia empregada é qualitativa, apresentando a observação realizada em sete escolas e em suas práticas pedagógicas desenvolvidas nas salas informatizadas. O recorte específico abrangeu as turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental.

Para os autores, os resultados da observação realizada indicaram uma abordagem de

inclusão digital, caracterizada pelo planejamento intencional, pela diversificação de recursos tecnológicos empregados e pela docência colaborativa. A perspectiva teórica que sustentou as análises também aponta para o potencial transformador do uso das TIC.

Apesar de publicado no início de 2021, o artigo não faz qualquer referência à pandemia, o que nos leva a crer que tenha sido produzido antes de março de 2020. O próximo artigo, também de 2021, segue contexto semelhante, já que referencia estudo de caso realizado em 2019.

Intitulado “Inclusão digital: um estudo de caso nas escolas do Sertão Pernambucano”, o artigo é de autoria de Bruna Rafaela Ferreira da Silva, Bruno Silveira Leite e Sebastião Luiz da Silva Neto. O estudo foi realizado em uma cidade da região, utilizando entrevistas com coordenadores, gestores, professores e secretários como referência. Os autores discutem expressamente a exclusão digital, inclusive nas perguntas feitas aos entrevistados. Da mesma forma se interessaram em verificar eventuais correlações entre inclusão social e inclusão digital. Discutem a “tecnofobia” e identificaram que nenhum dos docentes entrevistados teve acesso a formação inicial para uso das TIC, além de destacarem o considerável desinteresse dos entrevistados em fazê-lo (apatia e falta de motivação). Os que demonstraram maior propensão ao aprendizado e utilização das TIC pertenciam às áreas do conhecimento voltadas às ciências humanas e sociais.

Os autores reconhecem, já naquele momento, uma lacuna na comunicação com os pais dos alunos (inclusive e principalmente mediada pelas novas tecnologias) e chamam a atenção para a formação de alunos como agentes autônomos dentro do processo de ensino e aprendizagem.

O terceiro texto, “Percepções sobre as políticas públicas de inclusão digital na educação básica durante a pandemia de Covid-19: uma análise bibliográfica”, foi submetido à publicação em 2021 e publicado nesse mesmo ano. Seus autores, Tereza Cristina Dourado Carrah Vieira Carvalho, Priscila Barros Davi e Francisco Herbert Lima Vasconcelos discorrem sobre inclusão digital, tendo a pandemia como parâmetro. Logo no início do artigo, os autores trazem a seguinte reflexão: “as políticas públicas na área da educação regulam as maneiras pelas quais os indivíduos e grupos têm acesso aos recursos, poderes ou direitos emanados do Estado, que são direcionados aos componentes da sociedade” (Carvalho; Davi; Vasconcelos, 2021, p. 2). A partir desta inferência, buscaram identificar o que os estudos apontavam sobre políticas públicas de inclusão digital antes e depois da Covid-19.

Maria Helena Bonilla retorna como referência teórica, em conjunto com Damasceno (2012) e Silva e Casagrande (2020). Os autores identificam que a Covid-19 se configurou como

um marco negativo em relação à escassez de acesso, na precarização do trabalho docente, na dificuldade enfrentadas pelas famílias, destacando que a educação brasileira, que já estava longe de ser equitativa, tornara-se ainda mais desigual. Eles apresentaram estudos que evidenciavam agudas diferenças entre os sistemas constituídos na rede privada e na pública, bem como nas áreas urbana e rural. O artigo apresenta ainda a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) como referência normativa no que diz respeito a um necessário exercício crítico e responsável das chamadas “inovações digitais”.

Um achado importante identificado pelos autores é que estudos mostravam que programas de expansão estrutural do acesso digital estavam paralisados, mesmo depois de tudo que vivenciamos com a pandemia. O texto, em resumo, configura-se pelo binômio impedimentos-possibilidades da vida em rede, revelando um mundo de aplicações possíveis, mas inviabilizadas por uma quantidade igualmente considerável de limitadores.

O último texto que identificamos em 2021 é “As demandas da BNCC e a educação em tempos de cultura digital: análise dos espaços virtuais de aprendizagem e multimídias em uma rede municipal de educação”, de Luciana Domingues Ramos e Cíntia Inês Boll. A pesquisa teve como objeto e rede municipal de ensino de São Leopoldo/RS. Como referenciais teóricos escolheram Ítalo Calvino, Henry Jenkins e Dinorá Fraga e, como parâmetro normativo, a BNCC.

O debate identificou as TIC como ferramentas de apoio, que precisam necessariamente ser combinadas com outras iniciativas para assegurar conexão eficaz entre estudantes e conhecimento. Para possibilitar os achados, os autores verificaram, nas propostas pedagógicas das escolas, possibilidades e meios apresentados para o emprego pedagógico das mídias e das ferramentas tecnológicas, tendo como referência a importância da educação em contextos de cultura digital. Jenkins (2006) é trazido pelos autores por identificar a necessidade de transformar o estudante em protagonista, produtor e participante da cultura digital, alinhando-se às exigências da BNCC, que prevêem que os espaços escolares representem um compromisso “com o estímulo à reflexão e à crítica sobre o conteúdo disponível em múltiplos formatos” (2018). A conclusão do artigo é que a rede municipal de São Leopoldo apresentava, à época, elementos indicativos da aproximação da tecnologia voltada à ação pedagógica, mas ainda não estava completamente comprometida com o que é exigido da educação em contextos de cultura digital.

O único artigo que identificamos em 2022 é intitulado “Inclusão digital em escolas públicas: tendências pedagógicas nas séries iniciais” e seu autor é Lucivaldo Costa Moreira. O objetivo central foi analisar os maiores desafios identificados no processo de inclusão digital,

considerando os anos iniciais do Ensino Fundamental na educação pública. O ponto de partida foram as vantagens e as dificuldades para a sua implementação. Trata-se de revisão bibliográfica assentada teoricamente em Siemens (2004), Bastos e Biagiotti (2014), Prisote e Raiça (2017), Xabregas e Brasileiro (2019), Scaranti (2017) e Ribeiro (2019). A pesquisa debate o contexto histórico do surgimento do processo de inclusão digital e seus conceitos, com a reiteração de Maria Helena Bonilla, que, nessa discussão é acompanhada de Preto (2016)). Também são apontadas considerações da BNCC acerca do tema e a legislação pertinente. Além disso, discute-se várias abordagens ao emprego das TIC, indo desde sua proposição em programas nacionais, estaduais e municipais até a forma como foram utilizadas no período pandêmico.

O diagnóstico apresentado pelo autor é bastante similar ao que já observamos nos outros textos, porém aponta positivamente para o potencial transformador que as novas tecnologias podem apresentar.

O último artigo objeto de nossa análise foi publicado em 2023, mas representa pesquisa de 2021. Intitulado “Inclusão digital e desempenho escolar no contexto da pandemia: uma análise comparativa entre Brasil e Colômbia” é de autoria de Jesus Izquierdo e Maria de Assunção Lima de Paulo. O trabalho tem natureza empírica, com coleta de dados via entrevistas e questionários aplicados a estudantes e docentes. Sua hipótese reside na relação de políticas públicas de inclusão digital e desempenho escolar. A inclusão seria, nesse caso, uma variável. O artigo identifica que o processo de transição durante a pandemia foi menos traumático onde havia inclusão digital em andamento; onde ela não existia ou era precária, o processo foi oneroso psicológica e financeiramente.

Os autores observaram, especificamente em relação ao estado de Anquioquia, na Colômbia, um processo de reação e adequação dos processos escolares muito mais rápido que no Brasil, reconhecendo que a resposta à Covid-19 em nosso país foi descoordenada e pouco eficiente. Eles debateram o desempenho escolar em várias perspectivas, destacando a promoção da autonomia, a necessidade de desenvolvimento da criticidade e a reprodução de padrões culturais que não sejam opressores. Identificaram o período da pandemia como um período de ruptura com o sistema escolar, em que a dicotomia excelência/precariedade ficou ainda mais evidente.

Constataram, ainda, problemas em relação à infraestrutura, que se mostrou insuficiente ou inexistente, assim como à formação de professores. Em conclusão, os autores reconhecem que a inclusão digital é importante, mas que não será ela a garantir a qualidade de desempenho escolar, considerando que isso depende que outros processos de inclusão aconteçam.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso reconhecer a dificuldade de identificar a ampliação de produção científica a partir (e em virtude) da Covid-19, considerando apenas as pesquisas publicadas no formato de artigos. As revistas científicas brasileiras operam com muito mais oferta do que disponibilidade de vagas, adiando – às vezes por anos – o registro de um processo investigativo.

Em relação ao que foi possível observar, identificamos nos textos publicados uma convergência teórica consistente, bem como a repetição de diagnósticos e de proposições possíveis. Isso é inclusive muito semelhante ao que foi identificado ao longo do processo de mestrado, com o levantamento de teses e dissertações. Destacamos especialmente o retrato pré-pandemia: já estava consolidada em nosso país uma corrente de reflexões de natureza acadêmica e científica que apontava para problemas estruturais graves no que diz respeito às novas tecnologias e à inclusão digital. A brutal experiência que vivemos em 2020 e parte de 2021 não foi resultado, portanto, apenas da ação da *fortuna* sobre nosso país, mas da ausência de atenção a um cenário que já estava desenhado e havia sido exaustivamente denunciado nas obras aqui analisadas.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, T. C. D. C. V.; DAVID, P. B.; VASCONCELOS, F. H. L. Percepções sobre as políticas públicas de inclusão digital na educação básica durante a pandemia da Covid-19: uma análise bibliográfica. **Conexões: Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, v. 15, e021025, 2021. DOI 10.21439/conexoes.v15i0.2097. Disponível em: <https://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/2097>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- CASTELLS, M. **A A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).
- CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (org.). **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Conferência. Belém: Imprensa Nacional, 2005.
- IZQUIERDO, J.; PAULO, M. de A. L. Inclusão digital e desempenho escolar no contexto da pandemia: uma análise comparativa entre Brasil e Colômbia. **Civitas**, Porto Alegre, n. 23, e42196, p. 1-11, 2023. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/42196/27987>. Acesso em: 2 abr. 2024.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIMA, D. C. *et al.* Inclusão digital nas escolas públicas de Conselheiro Lafaiete. **Revista UFG**, Goiânia, v. 18, n. 22, 2018. DOI: 10.5216/revufg.v18i22.51721. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/51721>. Acesso em: 7 jul. 2024.

MACHADO, J. B. *et al.* Práticas pedagógicas no contexto da cultura digital: um estudo de caso. **E-curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/47808>. Acesso em: 12 maio 2024.

MALAGGI, V.; MIYASHIRO, R. Inclusão digital de jovens e adultos e educação popular: fragmentos analíticos de experiências no Círculo de Cultura Digital. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 193–218, 2020. DOI 10.14393/rep- v19n12020-49586. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/49586>. Acesso em: 7 jul. 2024.

MARCON, K. Inclusão e exclusão digital em contextos de pandemia: que educação estamos praticando e para quem? **Criar Educação** [recurso eletrônico], Criciúma, v. 1, n. 1, p. 80-103, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/issue/view/247>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MOREIRA, L. C. Inclusão digital em escolas públicas: tendências pedagógicas nas séries iniciais. **Revista ibero-americana de humanidades, ciências e educação**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 344-366. DOI 10.51891/rease.v8i1.3787. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3787>. Acesso em: 15 abr. 2024.

RAMOS, L. D.; BOLL, C. I. As demandas da BNCC e a educação em tempos de cultura digital: análise das propostas dos espaços virtuais de aprendizagem e multimídia em uma rede municipal de educação. **Interfaces da educação**, v. 12, n. 34, p. 165-184, 2021. DOI 10.26514/inter.v12i34.4544. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4544>. Acesso em: 15 mar. 2024.

RODRIGUES, R. N.; SILVA, M. A. da R. Avaliação de políticas públicas de educação: uma análise da eficácia do programa nacional de tecnologia educacional (Proinfo) no município de Gurupi (TO). **Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 16, n. 42, p. 123-139, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/9889/7497>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SILVA NETO, S. L. da; SILVA, B. R. F. da; LEITE, B. S. Inclusão digital: um estudo de caso nas escolas do sertão pernambucano. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 16, e8675, 2021. DOI: 10.7867/1809-0354202116e8675. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8675>. Acesso em: 8 jul. 2024.

SILVA, R. B. L. da; COUTO JUNIOR, D. R. Inclusão digital na educação de jovens e adultos (EJA): pensando a formação de pessoas da terceira idade. **Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 24-40, 2020. DOI: 10.12957/redoc.2020.46818. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/46818>. Acesso em: 7 jul. 2024.

SILVA, J.; GOMES, G. de C. Educação de jovens e adultos e ferramentas tecnológicas: um diálogo sobre o contexto da inclusão digital. **Cadernos Cajuína**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 41-57, 2019. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/258>. Acesso em: 30 mar 2024.

SOUZA, R. M. de; SOUZA, V. R. de. O protagonismo local por meio da democratização da informação, um estudo de caso: curso agente em inclusão digital PROEJA-FIC. **Mundi**

**Sociais e Humanidades**, Curitiba, v. 3, n. 1, mar. 2018. Disponível em: <https://revistas.ifpr.edu.br/index.php/mundisociais/article/view/691/525>. Acesso em: 20 abr. 2024.

VIEIRA, M. C.; CRUZ, K. N. a produção sobre o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação na educação de jovens e adultos. **Educação Em Foco**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 58-74, 2019. DOI 10.24934/eef.v22i36.2723. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/2723>. Acesso em: 22 abr. 2024.

WENCESLAU, M. E.; SANTOS, D. de O. Avaliação de políticas de inclusão digital para a educação básica no Mercosul (1991 a 2015). **Fórum Identidades**, Itabaiana, Ano 12, v. 27, n. 2, maio-ago. 2018. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/forumidentidades/article/view/10362>. Acesso em: 2 maio 2024.

## APÊNDICE

Artigo submetido à Revista Renote (Revista Novas Tecnologias na Educação) – Qualis A4.